

[Página Principal](#) > ... > [Recorrer Aos Tribunais](#) > [Sistemas Judiciais Nacionais e Da UE](#) > [Sistemas de Justiça Nacionais](#) > [Cyprus](#)

Sistemas de justiça nacionais

Conteúdo fornecido por
Chipre

Chipre



Organização da justiça – sistema judiciário

Administração dos tribunais

Chipre pertenceu ao império britânico até 1960 e o seu ordenamento jurídico é inspirado quase exclusivamente no sistema jurídico inglês, sendo a legislação adoptada com base nos princípios do direito comum (common law) e da equidade.

O sistema jurídico vigente desde a instauração da República de Chipre preserva a matriz britânica. Os tribunais da República de Chipre aplicam as seguintes leis:

- Constituição da República de Chipre (Σύνταγμα της Κυπριακής Δημοκρατίας)
- As leis objecto de recepção ou revalidação nos termos do artigo 188.^o da Constituição
- Os princípios do direito comum e da equidade
- As leis adoptadas pela Câmara dos Representantes (Βουλή των Αντιπροσώπων).

Na sequência da adesão da República de Chipre à União Europeia, em 2004, a Constituição cipriota foi alterada no sentido de consagrar o primado do direito europeu.

Tipos de tribunais – breve descrição

Há dois níveis de jurisdição em Chipre: o Supremo Tribunal (Ανώτατο Δικαστήριο) (segunda instância) e os vários tribunais de primeira instância a seguir indicados:

- SUPREMO TRIBUNAL (ΑΝΩΤΑΤΟ ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΟ)
- TRIBUNAIS REGIONAIS (ΕΠΑΡΧΙΑΚΑ ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΑ)
- TRIBUNAIS CRIMINAIS (ΚΑΚΟΥΡΓΙΟΔΙΚΕΙΑ)
- TRIBUNAIS DE FAMÍLIA (ΟΙΚΟΓΕΝΕΙΑΚΑ ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΑ)
- TRIBUNAIS DE CONTROLO DOS ARRENDAMENTOS (ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΑ ΕΛΕΓΧΟΥ ΕΝΟΙΚΙΑΣΕΩΝ)
- TRIBUNAIS DO TRABALHO (ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΑ ΕΡΓΑΤΙΚΩΝ ΔΙΑΦΟΡΩΝ)
- TRIBUNAL MILITAR (ΣΤΡΑΤΙΩΤΙΚΟ ΔΙΚΑΣΤΗΡΙΟ)

Bases de dados jurídicas

Ainda não foi criada uma base de dados jurídica oficial. Existem diversas bases de dados privadas, das quais algumas são reservadas a assinantes e outras são de acesso gratuito.

Essas bases contêm informações sobre as decisões dos tribunais e legislação primária.

Ligações úteis

[Supremo Tribunal de Chipre](#) (Ανώτατο Δικαστήριο Κύπρου)

■ Última atualização: 11/04/2022

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.